

## Ruralidades e ação coletiva através do turismo: construindo o desenvolvimento rural<sup>1</sup>

### *Ruralities and collective action through tourism: constructing the rural development*

**Mayara Roberta Martins, Marcelo Antonio Conterato**

#### **RESUMO:**

Este ensaio, de caráter analítico-descritivo, lança algumas questões sobre o contexto das ruralidades utilizando-se da contribuição do enfoque da ação coletiva na construção do desenvolvimento rural através do turismo rural. Debatendo sobre isso, o objetivo foi tratar sobre as significações que compõem as novas ruralidades na consolidação do turismo como estratégia de desenvolvimento rural. Em um segundo momento, evidenciam-se as colaborações da ação coletiva para a compreensão dos processos que envolvem as ações dos atores sociais, Estado e mediadores através dos arranjos institucionais voltados para o turismo, sobretudo, na formação de roteiros turísticos na agricultura familiar. Assim, os desafios perante os novos sentidos, usos e significados do rural na abertura das propriedades rurais à recepção de turistas diante do contexto de tradições versus modernidades, que marcam as novas dinâmicas da ruralidade. Essa articulação se faz necessária, como forma de incentivar a investigação que reforce aspectos aos tipos de desenvolvimento rural que são almejados pelos atuantes no processo, bem como das características que agregam valor nas atividades de produção agrícola, nas relações sociais e culturais por meio do turismo rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ruralidades; Ação Coletiva; Turismo Rural e Desenvolvimento Rural.

#### **ABSTRACT:**

This essay, analytical-descriptive character, throws some questions about the context of ruralities using the contribution approach to collective action in the construction of rural development through rural tourism. Debating about it, the goal was to treat on the meanings that make up the new ruralities in the consolidation of tourism as a rural development strategy. In a second step, to show the contributions of collective action for the understanding of processes that involve the actions of social actors, state and mediators through the institutional arrangements for tourism focused mainly on training tours in family farming. Thus, the challenges before the new meanings, uses and meanings of rural estates in the opening of the reception of tourists outside the context of tradition versus modernity, marking the new dynamics of rurality. This articulation is necessary as a means to encourage research to strengthen the aspects of rural development types that are targeted by the active process, as well as the features that add value to agricultural production activities in the social and cultural relations through rural tourism.

**KEYWORDS:** Rurality; Collective Action; Rural Tourism and Rural Development.

## Introdução

O presente trabalho evoca a discussão primeiramente sobre o contexto das ruralidades e sua articulação com o desenvolvimento rural, em especial, para a contribuição aportada pela sociologia do desenvolvimento. Esta articulação se faz necessária, como forma de compreender as novas dinâmicas contemporâneas locais e como a atividade turística tem sido incorporada como estratégia de desenvolvimento em áreas rurais. Entende-se que para uma melhor compreensão dessas mudanças há a necessidade de ampliação da análise dos fatores que tem contribuído à formação desses novos contextos e compreensão de processos espaciais e sociais que vem ocorrendo nas interfaces estabelecidas entre campo-cidade. Assim, o entendimento das dinâmicas locais passa a ser relevante, do ponto de vista do desenvolvimento rural, tanto nas atividades anteriormente praticadas, quanto no surgimento de novos processos de organização social e arranjos institucionais.

Para Carneiro (2008) com o processo de modernização da agricultura ocorre uma diminuição dos postos de trabalho no campo, porém abre-se uma nova frente de outras oportunidades com a ampliação das atividades não-agrícolas, o qual destacamos aqui a atividade turística. Deste modo, é perceptível que no rural encontra-se uma marcante heterogeneidade e diversidade dos atores, mediante aos novos e antigos processos de organização deste espaço, bem como processos socioculturais, econômicos e históricos que ocorrem de formas distintas, dependendo das condicionantes locais, regionais e nacionais.

Além disso, outra particularidade importante de ser analisada, para entender o rural e seus vários significados é a compreensão desse espaço como lugar de vida. Ou seja, constitui-se nesse contexto, a identidade e a cidadania atreladas ao espaço rural. Dessa maneira, Wanderley (2001), evidencia que há sim, no ambiente rural uma diversidade de situações próprias desse meio, mas que o tema ruralidade agora passa do ressalte da dualidade para a ambiguidade, sobretudo em pequenos municípios brasileiros, como exemplificaremos mais adiante no texto, em que há claramente há funções de mediação entre campo-cidade, que são perceptíveis nos modos de vida de seus moradores e que em cidade grandes já não são tão visíveis. Portanto, há a necessidade de relativizar a dualidade entre campo-cidade como oposição entre esses espaços, já que há novos arranjos, instituições e novas ações dos atores sociais na criação de estratégias de permanência e de desenvolvimento rural, mediante ao surgimento de outras oportunidades de trabalho e de serviços advindas da interfase entre estes dois espaços.

Neste contexto, o rural brasileiro, em especial a partir da década de 1970 em diante tem passado por várias influências do urbano, subordinadas às mudanças no mercado e nas relações de trabalho e pelos processos de modernização da agricultura. No entanto, muitas populações rurais ainda resistem a estes processos ou tem encontrado novas formas de sobrevivência de se adaptarem mediante a toda uma mudança no padrão de produção e consumo. Mediante a isso, entender estes contextos e como o turismo rural tem sido desenvolvido como estratégia de desenvolvimento propiciará compreender quais tem sido as estratégias e ações utilizadas pelos atores sociais, para de fato, através da atividade turística seja agregado uma valorização dos

fazer e saberes, dos produtos locais e destas comunidades, e ainda, entender como vem ocorrendo os processos de organização das localidades para o recebimento de visitantes.

### **Ruralidades: diferentes significados e ambiguidades**

Começando com um breve panorama sobre as ruralidades e os novos contextos neles inseridos, indicaremos as contribuições de alguns autores para ilustrar os processos e as experiências práticas mais significativas em termos de situar o debate acerca das ruralidades e suas relações com o desenvolvimento em seu sentido mais amplo.

Nesse sentido Schneider (2009), chama a atenção às relações que esse tema abrange: primeiramente, no campo da política, ou seja, a partir das relações e as disputas nela presente; em segundo, no campo institucional e das organizações; e por fim, nas práticas sociais nas ações que buscam viabilizar as relações entre homem-natureza. Sem dúvida, houve uma ampliação significativa nas ações governamentais por meio de programas estruturais, agências e órgãos de nível nacional e internacional, sem esquecer, das vinculações entre iniciativa pública e privada. Para o autor é importante frisar, que a análise territorial tem colaborado para potencializar o entendimento das ruralidades, sobretudo no contexto brasileiro, dentro da perspectiva do desenvolvimento rural, com base nos seguintes pontos:

(a) que a ruralidade é heterogênea e não está circunscrita as atividades agrícolas; (b) os territoriais são espaços pertinentes que permitem refletir sobre a articulação entre as escalas regionais e locais e a globalização; (c) o desenvolvimento precisa levar em conta não apenas questões econômicas, produtivas e tecnológicas, mas também culturais e ambientais; (d) a mudança é um processo lento que, no entanto, precisa se traduzir em efeitos práticos como melhorar a renda e a qualidade de vida, tanto quanto incidir sobre as mentes dos atores envolvidos e ser capaz de ser assimilado pelas instituições coletivas (SCHNEIDER, 2009, p.68-69).

O rural, portanto, deixa de ser exclusivamente agrícola e deixando de ser pejorativamente um sinônimo de atraso e precariedade, passa a integrar e ser território do desenvolvimento, não só no Brasil, como em diversos países dentre eles: França, Portugal, Espanha, entre outros. São atribuídas novas funções nas interfaces entre campo-cidade, como por exemplo: residência, esportes, lazer, contemplação da paisagem, além de uma interação assídua com o entorno urbano e de espaço que carrega uma valorização, sobretudo de qualidade de vida e de contato com os recursos naturais. Por isso, atividades como o turismo e a venda de produtos artesanais, ganham cada vez mais incentivos e aceitação por parte das populações rurais como forma de atenuar processos de êxodo rural de jovens e mulheres, melhorias dos acessos, informação, comunicação e autoestima (KAGEYAMA, 2008; SILVA, 1999).

Neste contexto, há o destaque para as famílias pluriativas, nas diversas combinações entre a atividade agrícola com outras ocupações diversas como forma de compor novas estratégias para a melhoria da renda familiar e de permanência no campo (TEIXEIRA, 1998). Conforme Cazella (2001), há nos últimos anos a inserção de membros de famílias rurais exercendo alguma atividade não-agrícola, seja como atividade principal ou secundária. Essas atividades serviriam como um complemento à renda total da unidade familiar rural, dependendo do contexto. As mesmas podem ser, por exemplo, ligadas à construção civil, ao comércio em geral e em atividades relacionadas ao turismo (hospedagem, alimentação, venda de produtos *in natura*, artesanato, guiamento de grupos, entre outras funções).

Silva (1999) faz menção às atividades não-agrícolas, as quais devem assumir um papel relevante na composição da renda total das famílias rurais, sendo essas atividades eficazes para o crescimento socioeconômico local. Nesse sentido, atividades como o turismo, estimula a criação de “novos tipos de ocupações” marcada justamente, pelas novas funções dadas ao rural, como áreas de lazer, recreação e contemplação da paisagem, por exemplo. Para Carneiro (2008, p.21) encontram-se, sobretudo, para os jovens rurais oportunidades de postos de trabalho alternativos e/ou complementares, que colaborariam para que estes permanecessem no campo através da pluriatividade .

Segundo Carneiro (1998), com o passar dos anos a crise da agricultura familiar desprestigiou a pequena produção agrícola, aumentando o êxodo rural-urbano, principalmente de jovens (na faixa de idade entre 15 a 29 anos). Na maioria dos casos, estes jovens rurais buscam no urbano a concretização de projetos de vida, com forte tendência a individualização na busca por trabalhos com maior rentabilidade, ascensão social, aumento das responsabilidades fora do meio rural e busca pelo aprimoramento escolar e profissional. Normalmente, esse processo recebe apoio da família com a esperança do retorno dos filhos ao campo após uma fase de aprimoramento dos estudos e da ampliação dos conhecimentos no urbano, ou seja, em algumas famílias rurais parte da renda familiar é investida nos estudos dos filhos (SPANVELLO, 2003).

Mediante a estes novos processos econômicos e sociais que transformam o espaço rural em um local não exclusivamente agrícola, há assim novas oportunidades de renda e de fixação dos jovens no campo, justamente por meio de exercício de atividades profissionais em diversas áreas, não se restringindo a somente tarefas ligadas à agricultura e/ou pecuária, ou seja, ocorre uma ampliação das ocupações e de postos de trabalho no campo (SILVA, 1999; ABRAMOVAY, 1998; CARNEIRO, 1998).

Estas novas demandas inserem-se na compreensão das ruralidades de modo mais amplo e adere assim, um enfoque territorial, justamente, por este contemplar as diferenças das formas de vivência, organização e de atividades dos grupos, tudo isso, mediante as articulações intermediadas pelas políticas públicas e de estruturação regional das instituições. Há, portanto, uma multiplicidade das ações e nas diferentes identidades dos atores que permeiam o espaço rural, o que acarretará, portanto, em diferentes estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais (MURDOCH *et al.*, 2003; SCHNEIDER; 2009, MARSDEN, 2007).

Como uma importante contribuição teórica e analítica, Murdoch *et al.* (2003) em seu ensaio intitulado: *A differentiated countryside?* (Um campo diferenciado?), busca interpretações no cerne das significações de sentido para a compreensão do que venha a ser entendido como ruralidade, o intuito seria, portanto, compreender às diferentes mudanças mediante a interpretação destes entendimentos, mas no contexto do espaço rural inglês. Segundo estes pesquisadores, a primeira ideia de interpretação sobre a ruralidade seria uma primeira associação ao termo “*pastoralism*”, que evoca ao período conhecido como Romantismo, dos séculos anteriores a Revolução Industrial. Este termo carrega em seu significado um sentido de idealização, nostalgia, de forte apelo às tradições e ao relacionamento direto com o ambiente natural e, portanto, com um posicionamento contrário ao estilo de vida urbano-industrial. Já um segundo significado atrelado à ruralidade, estaria entrelaçada ao retorno da nova classe média urbana ao campo, trazendo ideais do Modernismo ao rural. Enfatizando assim, a necessidade de que no rural também necessitava de acesso a serviços, comunicação, educação, lazer, e transportes interligando mais a integração entre urbano e rural também deve contemplar o rural.

Conforme Short (2006) a ambiguidade no rural, seria caracterizado para além dos processos econômicos, ou seja, o rural também carrega em seu significado a idealização no imaginário das pessoas e é vivido a partir das marcantes diferenças culturais e dos diferentes tipos de organizações sociais. Portanto, reforça-se aqui, esta composição de significados marcam a interpretação e também, a organização do espaço rural. No entanto, novos processos são incorporados na medida em que cresce a preocupação das cidades com a preservação do ambiente, do rural como espaço de lazer e também de consumo de produtos e serviços, e ainda, a ideia de o retorno marca o apreço à nostalgia, mas sem deixar de desfrutar das facilidades da vida contemporânea.

Dentro deste contexto, abre-se um parêntese para a articulação da necessidade de uma análise ampla à sensibilização destes significados, perante o tipo de desenvolvimento rural que se espera construir mediante a estes processos.

Uma abordagem que têm ganhado cada vez mais espaço nos círculos e nos debates acadêmicos são os estudos e interpretações feitas pelo estudioso inglês Frank Ellis (2001). Em seus estudos, há uma atenção clara para a compreensão do que ele intitula de estratégias de sobrevivência familiares (*household strategies*), e também, sobre a diversificação dos modos de vida rurais (*livelihood diversification*), ambas discorrem sobre ações e iniciativas que impactam de como são efetuadas as melhorias das condições de vida das populações rurais, sob os aspectos e condicionantes da esfera social, econômica e cultural na combinação de ações, iniciativas, escolhas e decisões que são tomadas pelos atores sociais em seus territórios, portanto, há o interesse aqui de saber como e quais são as estratégias utilizadas e as inúmeras formas como ocorrem estes processos.

Conforme Schneider (2004) que analisou atentamente os trabalhos e contribuições de Frank Ellis, fica clara a cautela que o mesmo utilizou para tentar definir um sentido ao conceito de desenvolvimento rural. Ellis defende que o desenvolvimento

rural deveria estar entrelaçado a um “conjunto de ações e práticas que tivessem como intuito reduzir a pobreza”, e, sobretudo, estimular processos de participação que levassem os atores aos empoderamento como forma de que eles mesmos definissem suas próprias prioridades de mudanças (ELLIS, 2000, p.25).

No Brasil, importantes estudiosos também contemplam e tecem suas contribuições mediante ao entendimento do desenvolvimento com foco na abordagem territorial. Dentre eles destacamos Veiga (2001) que também se utiliza de certa cautela quando indagado sobre um significado ao desenvolvimento rural, para o autor de uma forma geral devem ser destacados as ações ocorridas nas interfaces e as ligações com o desenvolvimento como um todo, não somente diferenciando rural de urbano, entende-se que ambos estão conectados. Para o autor, são fundamentais no rural: a valorização da agricultura familiar, bem como na diversificação movida por processos pluriativos e ainda, deve-se levar em consideração estímulos dados ao empreendedorismo e as articulações mediante as instituições formadas pelos atores em suas localidades, além de um viés de ações voltadas a sustentabilidade em seu sentido mais amplo (VEIGA, 2001).

Outros autores colaboram com estas análises tanto do desenvolvimento rural como da abordagem territorial, como ABRAMOVAY (2001); NAVARRO (2001); SCHEIDER (2004); SILVA (1999) entre outros. No entanto, não é intuito deste trabalho realizar um estado da arte sobre os significados de desenvolvimento rural para cada um deles, mas de forma geral para estes é claro que há a compreensão de diferentes dinâmicas ocorridas nos espaços e de há a necessidade de explorar melhor como o desenvolvimento é entendido, tanto do viés do Estado, dos atores sociais e mediadores do processo, justamente, por que há inúmeras heterogeneidades presentes nas configurações dos territórios, e ainda, representam um enorme desafio de estudos tanto a estes pesquisadores do desenvolvimento rural, quanto para os estudantes recém-ingressantes ao tema, advindo das mais diferentes áreas do saber, mas que têm em comum, uma preocupação constante para a compreensão de como se configura estes processos e as novas e velhas dinâmicas presentes nos locais. Mediante a isso, concordamos, sobretudo, em evidenciar que o Desenvolvimento Rural é uma construção social, de diversas influências, e que mediante a isso, abre-se uma oportunidade através da noção de ação coletiva para compreender como as comunidades locais vêm construindo as suas ações na conformidade de seus objetivos e práticas comuns.

Observar e analisar como estão configurados esses espaços hoje representam problematizações importantes aos estudos do desenvolvimento, justamente, também, por que muitas dinâmicas são cultivadas pelas pessoas dos locais, através de suas distintas culturas, sendo estas são marcadas por uma forte relação com a natureza, com a fé, com a sabedoria popular, trazendo a toma mitos, contos e lendas. Essas e outras relações culturais e sociais marcam características simbólicas que merecem destaque justamente, por despertar percepções, emoção, intuição, estética e moral, justamente aos moradores das cidades que buscam no campo o contato com este tipo de características, já pouco evidenciadas nas cidades (SHORT, 2006). Seriam através destes diversos significados, que a constituição de roteiros turísticos de base

comunitária tem assim grandes oportunidades de sucesso, desde que incluam às populações locais de fato, nas iniciativas e ações coletivas para o desenvolvimento.

### **A ação coletiva na constituição de roteiros: contribuições para o turismo rural como estratégia de desenvolvimento**

Como principal referencial teórico desta seção, tomaremos as inúmeras contribuições de Elinor Ostrom, cientista política ganhadora do Nobel de Economia, falecida há pouco tempo, mas que deixou um importante legado a toda uma nova geração de pesquisadores. Através de suas análises e proposições, sobretudo, no prisma de sua incansável dedicação sobre os estudos relacionados a gestão de bens comuns, ressalta aqui sua contribuição para as análises do desenvolvimento rural e do turismo, representados aqui no entendimento das condições institucionais em que grupos humanos estão posicionados. Ou seja, quais são os processos de construção social que acontecem mediante ao enfrentamento de diversos dilemas, e ainda, quais são os desdobramentos e as colaborações dos indivíduos em prol de um objetivo comum? Para isso utilizaremos aqui um breve apanhado conceitual para justificar que pesquisas em turismo através da abordagem ou como ressalta Ostrom (1998) da teoria da ação coletiva, que é possível observar nos atores sociais estas configurações, sobretudo, mediante ao contexto das ruralidades a qual fazem parte.

Outros autores, inspirados nas contribuições de Ostrom, como Brunori e Rossi (2000) afirmam que a ação coletiva é um dos pontos-chave do desenvolvimento rural, sobretudo, a nível local, justamente, pela mobilização criada a partir das relações sociais estabelecidas pelos atores, que produzem casos de sucesso na configuração de um ambiente constituído pelas instituições, pelos símbolos e também, pelas rotinas associadas a esta dinamicidade local, facilitando o acesso de recursos que de formas individual talvez, nem seriam alcançáveis.

Com base em inúmeros estudos de campo, experimentos em laboratório, aplicabilidade da teoria dos jogos e de modelos baseados nos comportamentos dos agentes no manejo dos recursos naturais compartilhados, Poteete, Ostrom e Janssen (2011), de modo conclusivo afirmam que é possível que os indivíduos efetuem a ação coletiva para manejar recursos e objetivos comuns. Em suas pesquisas, bem de como de seus colaboradores e pesquisadores, ficam evidentes a importância da comunicação e do estabelecimento da confiança tanto para o início

Para uma melhor compreensão da abrangência desta análise, ao se pensar em ação coletiva precisamos subdividi-la em três outros níveis de entendimento: 1) comportamento humano individual, 2) análise de microsituação, onde há a inclusão de variáveis que irão dar respostas sobre o dilema de ação coletiva, e por fim, 3) a compreensão do contexto socioecológico mais abrangente (POTEETE; OSTROM, JANSSEN, 2011).

Mediante a este quadro conceitual proposto, à luz da ação coletiva, que esta autora defende a importância da pesquisa empírica efetuada de modo extenso para o estabelecimento de variáveis específicas para a análise dos níveis de cooperação na-

quela localidade. Ressalta-se que, os fatos dos indivíduos já se conhecerem, se comunicarem, de cooperarem um com o outro e de terem informações necessárias sobre uma dada situação diversa, todo este contexto leva a um enfrentamento das situações dilema à qual estiverem sendo confrontados.

Portanto, retomando justamente os diferentes significados das ruralidades para as populações rurais e como ocorrem os processos de enfrentamento de situações e dilemas diversos, que a ação coletiva corrobora como uma abordagem importante nos estudos de turismo, justamente, por que ela problematiza diversas regulações e também a formação de instituições que permitiram o uso compartilhado tanto de recursos tangíveis como de bens intangível do espaço rural, o qual o turismo está condicionado também. As tentativas de associar ao espaço rural mecanismos e infraestruturas próprias à composição de um roteiro de turismo rural entre propriedades vizinhas, ou em assentamentos rurais, dependendo das habilidades individuais dos colaboradores, fortalecerão estratégias que deverão ser tomadas pelos indivíduos mediante a ação coletiva, como forma resolver conflitos com um baixo custo, para que aprendam um com o outro, propiciam estratégias e parcerias, disseminem informações através de associações (OSTROM, 1998; 2004; CRISTOVÃO, 2011).

Para o início dos trabalhos de interesse para o turismo em áreas rurais, talvez um grupo esteja interessado em ofertar, por exemplo, um ponto de venda de produtos artesanais, outros estarão entusiasmados com a organização de um restaurante rural, outros por sua vez, talvez os jovens rurais, se sintam estimulados a participarem dessas ações e de outras, como por exemplo, de serem guias locais na recepção dos grupos de visitantes, ou simplesmente inserir suas propriedades dentro de um roteiro de integrado a outras propriedades para ofertar hospedagem, e para isso, devem contar com as ações de mediadores e *experts* para trocas mútuas de conhecimento entre estes atores, através de algum tipo de educação turística (OSTROM, 1998; ANSA-RAH, 2004).

A questão que pode ser levantada mediante a esta contextualização seria: como criar estes dispositivos coletivos e incentivar a criação de instituições e de outras formas de ações com vias a estruturação da atividade turística? E ainda, quem deve acionar este processo: os próprios atores, o Estado (através de políticas públicas) ou mediadores do processo (interessados na organização do espaço rural para o turismo)?

Esse tipo de mobilização social, poderá se configurar como forma de diminuir a burocracia governamental, num processo de iniciar oportunidades na tentativa de que sejam diminuídos os custos de transação<sup>2</sup>, e subdividindo em ramos de atuação, através das escolhas dos próprios moradores propiciaram a auto-manutenção do sistema, processos de negociação, tomada de decisão tanto entre os projetos individuais, como entre seus vizinhos nos projetos de prestação de serviços. Deste modo, as sinergias para acordos comuns e de construção social estarão favorecidos, mas também estão sujeitos a situações frustrantes (EVANS, 1996).

Nesse sentido, aportes teóricos e analíticos por meio da ação coletiva podem auxiliar os trabalhos de coordenação desses formuladores, para que estes entendam



o seu papel como mediadores do processo. Já que muitas vezes, alguns produtores, dependendo da forma de tratamento conduzido por esses formuladores, podem manifestar inibição, constrangimento, ou ainda, rejeitar fazer parte desse processo. O trabalho de sensibilização entre mediadores e agricultores, através da ação coletiva colabora na tomada de decisão destes atores, assim os arranjos institucionais vão evoluir na medida em que os processos de negociação forem consolidados, tanto entre as equipes de execução como pelos agricultores, neste caso, o que exigirá tempo e esforços mútuos entre ambas as partes (EVANS, 1996; OSTROM, 1998).

Nessa conjuntura, a partir da ação coletiva criam-se oportunidades para o surgimento das sinergias locais, com ênfase nas questões culturais e de participação dos atores envolvidos (locais ou não locais). Compõe-se assim, esforços destinados a resolução dos problemas, e ao mesmo tempo, à conclusão das ações, mesmo que o retorno seja em longo prazo (OSTROM, 1998).

### **O turismo rural através da ação coletiva: algumas considerações**

Esta seção tratará do acesso às políticas públicas que permitem o desenvolvimento de projetos e ações voltadas ao tema de turismo rural e de como as instituições tem fortalecido os processos de ação coletiva através do turismo rural, e até em alguns casos, tornando-se referência de sucesso em termos de organização local.

No Brasil, a exemplo disso, já se tem ações coordenadas entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Turismo (MTur) para o segmento de Turismo Rural, e com foco prioritário ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (BRASIL, 2004). No entanto, como de fato os agricultores conseguem fazer o acesso a essas políticas de governo? De que modo às mesmas estão dispostas? Será que os processos burocráticos que se têm na atualidade, para que sejam alcançados financiamentos e créditos, não se tornam inibidores dos processos coletivos e até desestimulem as articulações dos agricultores para a organização do turismo? Como buscar soluções a esses entraves?

Talvez por meio de arranjos institucionais a nível local, com intermédio dos agentes de políticas, profissionais da área de turismo, Organizações Não-Governamentais (ONG's), parcerias de formação e capacitação através do sistema S, dentre eles o Serviço Nacional de Aprendizagem Local (SENAR) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) além de parecerias com universidades e profissionais das agências de extensão rural, através de ações conjuntas (e que de fato dialoguem entre si) viabilizem formas de organização local à atividade turística (ABRAMOVAY, 2003; DINIS, 2011).

No Brasil, um exemplo de consolidação e que está sendo analisado como é o realizado pelo roteiro conhecido como "Acolhida na Colônia" no estado de Santa Catarina, onde estamos desenvolvendo análises mais apuradas com base no turismo desenvolvido, numa primeira fase, no município de Santa Rosa de Lima.

Resumidamente, esse roteiro é considerado exemplo de turismo rural de base

comunitário, reconhecido pelo MTur ao agregar planejamento, gestão e execução gradual em termos de infraestrutura e oferta turística agregada a produção agroecológica local. A hospedagem dos visitantes é realizada na casa dos agricultores envolvidos no projeto, cerca de 180 propriedades (em níveis diferentes de estruturação) estão associadas ao roteiro (direta e indiretamente). Os arranjos institucionais acontecem através das associações locais, com a parceria do SEBRAE, EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), Santur (Santa Catarina Turismo S/A), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além disso, o roteiro em sua totalidade abrange cerca de 80 municípios do território das Encostas da Serra Geral. Os produtores contam com certificação de sua produção agroecológica e agregam produtos (frutas, legumes, doces e pães) ao turismo, por meio da comercialização, alimentação e venda direta. Além disso, a localização propicia agregar a questão ambiental à paisagem cênica e o histórico-cultural às famílias de descendência alemã (FORTUNATO; TEIXEIRA, 2011; SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009).

Neste sentido, retomando autores que enfatizam as diversas dinâmicas e transformações que vem ocorrendo no rural na atualidade, como Abramovay (2009), Veiga (2001) e Schneider (2010), afirmam que o desenvolvimento rural (atual) ganha novas extensões frente às estas novas tendências e possibilidades (como o desenvolvimento da atividade turística, por exemplo) e nesta condição, tem sido incorporado o viés da sustentabilidade em sua multidimensionalidade teórico – prático indo ao encontro da necessidade e da atuação dos atores, das instituições formadas e mediante a formulação de políticas públicas (principalmente, em nível territorial) entre outros aspectos. Tudo isso, tende a criar estímulos para valorizar processos de diversificação produtiva através de práticas de ações coletivas locais, que possibilitem a interação entre produtos e serviços dentro da própria heterogeneidade presente no rural.

Os arranjos institucionais que levam a ação coletiva em comunidades abrem uma nova frente de estudos para compreender por exemplos, quais são as ações feitas e que facilitam o acesso aos mercados, o acesso à informação, já que segundo Marsden (2007) é cada vez mais claro a atribuição dada ao espaço rural como local que passa a ser consumido, personificado e mercantilizado. Os consumidores buscam nestes espaços, traços marcantes e diferenciais da cultura local, através da comercialização de produtos regionais, como sendo estes portadores de significado e herança cultural (SHORT, 2006; CROUCH, 2006).

Assim, chegam-se mais uma vez ao entendimento geral de que, em primeiro lugar, a ruralidade não é homogênea, são formadas por paisagens e dinâmicas diferentes. Outro ponto, é que a leitura desses autores, contribuiu no sentido de entender que: a ruralidade não se restringe somente as práticas econômicas de agricultura, ela evoca as representações sociais, temporais e atemporais, ao material e imaterial, ao contexto da globalização que induz a novas configurações e mudanças diante as necessidades dos mercados globais - locais abrindo-se às novas oportunidades. E dentro desse e de outros fatores, se faz presente como pano de fundo, a dualidade de coexistência no tempo e espaço, entre os movimentos contra-urbanização e daqueles ao favor do mínimo de acesso a infraestruturas tidas como urbanas.

O intuito é que as diferentes das ruralidades existentes, a partir dos ideais, imaginários e percepções sobre o idílico possam contribuir nas ações de desenvolvimento rural, tanto a partir da abordagem territorial e como alternativa complementar verificar caso aja evidências, como está sendo feitos os arranjos institucionais via ação coletiva. Além disso, fica clareza que a estruturas sociais, culturais, econômicas e as relacionadas à preservação do ambiente condicionam estruturas de organização. Os estudos nesse sentido merecem atenção, sobretudo, para maiores entendimentos sobre qual o tipo de desenvolvimento rural que estamos analisando. Estudos sob prismas diferenciados, com a utilização de variadas abordagens e temáticas, exigirá assim, esforços múltiplos e das mais diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, antropologia, geografia, história entre outras, justamente para analisar toda essa complexidade, e nesse sentido, defende-se aqui a necessidade da atenção para os estudos de natureza multidisciplinar, como tentamos envolver o desenvolvimento rural e o turismo (MURDOCH *et al.*, 2003; KAGEYAMA, 2008).

Destacamos aqui que sobre o turismo, há várias modalidades existentes e formas diferentes do mesmo ser aplicado em áreas rurais. De fato, não exista ainda, uma definição única, para turismo rural, que será o termo adotado neste contexto, e isso, por várias vezes gera dúvidas conceituais quanto ao enquadramento analítico que deverá proposto. De modo geral, o turismo rural aqui é compreendido, como sendo uma atividade com foco na economia local e que vai ao encontro à produção agrícola já existente, em meio a ruralidade existente, ou seja, que priorize as tradições, identidades e cultura local, e que a gestão seja exercida pelas pessoas locais (OCDE, 1994; HALL, 2004; DINIS, 2011).

A intenção é ressaltar que, se houver o interesse pela atividade turística nas localidades, o direcionamento dado deverá fortalecer o planejamento das áreas, num primeiro momento, como forma de cautela, para que o turismo não seja praticado de forma 'amadora', sem nenhum preparo prévio dos agricultores no que se refere à recepção dos visitantes. Portanto, enfatiza-se a defesa pela definição e pelos trabalhos em parceria que levem à ações que articulem o intuito da comunidade, as políticas públicas existentes e os modos de intervenção (mediação) que serão realizada pelos profissionais do turismo e/ou áreas afins. O desejado é que essas intenções colaborem para a efetiva participação da comunidade local, promovendo assim trocas mútuas de conhecimento entre estes os intermediários e comunidade, na tentativa de amenizar possíveis efeitos negativos na proposição do turismo em área rurais (RUSHMANN, 2000; SCHNEIDER, 2006).

Logo, insere-se nesta discussão, dentro da área temática de estudos em desenvolvimento rural, por trata-se de um campo de estudos multidisciplinar, como forma de articular e compreender os processos socioeconômicos vivenciados no contexto da agricultura familiar. As indicações para análises futuras aqui propostas destacam, portanto, a necessidade de mais estudos focados em diferentes perspectiva e abordagens, algumas aqui exemplificadas, que irão colaborar na compreensão das da diversificação e dinamicidade, sobretudo, nas interfaces entre rural e urbano, nos territórios e nas ações comunitárias. Nesse sentido, justamente, abre-se diferentes oportu-

tunidades e oportunidade de cooperação entre ciências sociais, agrárias, humanas, biológicas entre outras que com variados temas de análise corroborarão com os estudos e aprofundamentos necessários à atual conjuntura do desenvolvimento rural (KAGEYAMA, 2008).

## **Considerações Finais**

Este ensaio analítico-descritivo teve como intuito articular num primeiro momento a compreensão das novas significações a qual o rural vem atravessando, sobretudo, com as novas conjecturas agregadas a ruralidade mediante as mudanças que cada vez são mais nítidas nas localidades. Este breve panorama serviu justamente para justificar a importância de estudos voltados ao desenvolvimento rural, sobretudo no tema e das atividades que vem sendo desempenhadas através do turismo rural, que mescla e necessita de maiores as colaborações pautadas no território, para um apuramento das análises das heterogeneidades, das ambiguidades, vivências e dos novos usos para a contemplação, lazer, passagem e da (re) descobertas dos visitantes atrelando ao rural um sentido de valorização para a conservação da natureza, da cultura e da qualidade de vida.

Além da necessidade de entender este contexto da ruralidade, marcado por tantas interrelações e situações adversas, sentiu-se a necessidade, num segundo momento, de iniciarmos também a necessidade de compreensão do que de fato ocorre em pequenas localidades, que de certa forma tem tido êxitos em atividades pluriativas, sobretudo, com destaque a incorporação do turismo nas atividades agrícolas. Desta forma, voltamos a atenção da necessidade de colaborações práticas e analíticas voltadas ao entendimento das condicionantes para ação coletiva.

Fica evidente, conseqüentemente, a necessidade de novas análises voltadas ao entendimento do desenvolvimento rural e do turismo justamente para compreendermos quais têm sido as ações, as interferências, os desafios e os arranjos institucionais que têm sido articulados entre as comunidades, o Estado e os mediadores no intuito de agregar valor às atividades agrícolas por meio da atividade turística. Assim sendo, ações coordenadas entre estes, tem se tornado cada vez mais frequentes, justamente, frente às mudanças contemporâneas que vem ocorrendo, criando assim novas oportunidades e também incertezas sobre a forma como será desenvolvidos estes processos.

Haveria, portanto, inúmeras potencialidades quanto ao desenvolvimento do turismo rural, porém há diversas variáveis que colaboram ou não para o sucesso, mediante as condições locais e da conjuntura global. Logo, abre-se de tal modo, oportunidades para problematizações destas situações, à luz das abordagens aqui apresentadas, ainda de forma pontual, mas que em breve poderão colaborar nos estudos do desenvolvimento rural para as análises da atividade turística e de suas possíveis conseqüências para as populações rurais.

---

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; *et al.* **Juventude e agricultura familiar, desafios dos novos padres sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.104 p.
- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.
- ABRAMOVAY, R. **O Futuro das regiões rurais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- ANSARAH, M.G.R.(org).**Turismo**: segmentação de mercado.São Paulo: Futura2004.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2004. 43 p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2011
- BRUNORI, G; ROSSI, A. Synergy and coherence through collective action: Some insights from wine routes in Tuscany. **Sociologia Ruralis**, v 40, n.4, oct, 2000, p.409-423.
- CARNEIRO, M.J. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n.11, 1998.
- CARNEIRO, M.J. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v.2, n.1, mar. 2008, p.9-38.
- CAZELLA, A. A. Revitalização das zonas rurais marginalizadas: a construção social da multifuncionalidade agrícola na França. In: XXIX Congresso da SOBER. Recife, 2001. **Anais...** Brasília: SOBER, 2001. 1 CD-Rom, 2001.
- CRISTOVÃO, A. Ação coletiva e turismo no espaço rural: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal. In: SOUZA, M; ELESBÃO, I. (org.). **Turismo rural**: Iniciativas e Inovações.Porto Alegre: Ed.da UFRGS, 2011, p.101-141.
- CROUCH, D. Tourism, consumption and rurality. In: CLOKE, P; MARSDEN, T; MOONEY, P (org.). **Handbook of rural studies**. London: Sage, 2006.
- DINIS, A. Para um turismo rural sustentável: empreendedorismo, estratégia de nicho e redes como factores de preservação e inovação no espaço rural. In: SOUZA, M; ELESBÃO, I (org.). **Turismo Rural**: iniciativas e inovações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p.13-65.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- ELLIS, F. BIGGS, S. Evolving themes in rural development – 1950s-2000s. **Development Policy Review**, 19 (4): 437-448, 2001.
- EVANS, P. Government Action, Social Capital and Development: Reviewing the evidence on synnergy. **Word Development**. v 24, n.6, 1996, p.1119-1132.

FORTUNATO, R.A; TEIXEIRA, K.L. A gestão do conhecimento na organização do turismo rural nas encostas da Serra Geral – SC: O caso do projeto “Acolhida na Colônia”. *In*: VIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. **Anais**. Balneário Camburiu – SC, out de 2011.

HALL, M. C. **Planejamento Turístico**: políticas, processos e relacionamentos, São Paulo: Contexto, 2004, 2ª edição.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural**: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MARSDEN, T. Denial and diversity: Some reflections on emerging agri-food geographies and rural development in the United Kingdom. *In*: CLOUT, H. **Contemporary rural geographies**: land, property and resources in Britain: essays in honour of Richard Munton. London: Routledge, 2007, p.43-71.

MURDOCH, J.; LOWE, P.; WARD, N.; MARSDEN, T. **The Differentiated Countryside**. London: Routledge, 2003.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

OCDE. **Tourism Strategies and Rural Development**, OCDE/GD. V 94, n.49. Paris, 1994. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/31/27/2755218.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2011.

OSTROM, E. Crossing the great divide: Coprodução, synergy and development. **World Development**, v.24, n.6, 1996, p.1073-1087.

OSTROM, E. **Collective Action and Property Rights for Sustainable Development**: Understanding Collective Action. Washington DC: International Food Policy Research Institute, 2004.

OSTROM, E. A Behavioral Approach to the Rational Choice Theory of Collective Action. **American Political Science Review**, v.92, n.1, mar. 1998.

POTEETE, A.R; OSTROM, E; JANSSEN, M. **Trabalho em Parceira**: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. BETTONI, R.(trad).São Paulo: Editora Senac, 2011.

RUSCHMANN, D. V. M. Gestão da capacidade de carga turístico recreativa como fator de sustentabilidade ambiental – o caso da ilha João da Cunha. *In*: LAGE, B. H. G., MILONE, P. C., (orgs). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. p. 71-79.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), Porto Alegre, v. 11, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, S. Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. *In*: BRASIL, Ministério do Turismo. (Org.). **Turismo Social**: Diálogos do Turismo: Uma Viagem de Inclusão. Rio de Janeiro: IBAM, 2006, v. 1, p. 1-20.

SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, F.; MEDINA, J. G. F. (org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 30, n. 3, Sept. 2010 .

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1999. (Coleção Pesquisas).

SILVA, K.T.P; RAMIRO, R.C; TEIXEIRA, B.S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D.G; BURSTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p.374-494.

SHORT, B. Idyllic Ruralities. **Handbook of Rural Studies**.(org). CLOKE, P; MARSDEN, T; MOONEY, P. London: Sage, 2006. 133-148.

SPANVELLO, R. M. Jovens rurais do município de Nova Palma – RS: situação atual e perspectivas. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

TEIXEIRA, V.L. Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro. 1998. **Dissertação** (Mestrado). Soropédica, CPDA/UFRRJ.

VEIGA, J.E. O Brasil Rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento, **Estudos Avançados**, 43, Setembro-Dezembro 2001, pp. 101-119.

WANDERLEY, M.N.B. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em 22 de novembro de 2011.

WILLIAMSON, O.E. **The Mechanisms of Governance**, Oxford, Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, O.E. **The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York: The Free Press, 1985.

### Notas:

<sup>1</sup>Esse trabalho foi elaborado a partir dos debates e das discussões integradas ao processo de formação da presente mestranda na disciplina “Tópicos Especiais em Sociologia do Desenvolvimento” ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/UFRRGS, no 2º semestre de 2011.

<sup>2</sup>Conforme Williamson (1996) a partir da abordagem seguida pela Nova Economia Institucional (NEI) e diz que os custos de transação seriam, grosso modo, os custos para preparar, negociar e salvaguardar um acordo e/ou contrato firmado, havendo também etapas de ajustamentos e adaptação desses contratos, justamente para fazer uma regulação de possíveis erros, falhas e atividades não previstas. Mediante a isso, essas transações se subdividiriam em três níveis: especificidade dos ativos, frequência e incerteza. Para maiores detalhamentos ver os demais trabalhos de Williamson (1985; 1996).

**Mayara Roberta Martins:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Email: may\_martins10@hotmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7595667925679203>

**Marcelo Antonio Conterato:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

Email: marcelo.conterato@ufrgs.br

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7579057184981322>

Data de submissão: 30 de junho de 2012

Data de recebimento de correções: 10 de dezembro de 2012

Data do aceite: 10 de dezembro de 2012

Avaliado anonimamente